

Reunião com o Governo para pauta reivindicatória 2009

O Vice-governador, Antônio Anastásia, recebeu na tarde de ontem, no prédio BDMG, o Presidente e Vice-presidente do SINDPOL/MG, diretores regionais da Zona da Mata, Triângulo Mineiro, Norte e Sul de Minas, o Presidente do Sindepo-Minas, Dr. Edson e o Secretário Geral, Dr. José Walter, para apresentação de algumas das principais reivindicações da categoria, são elas: 3º grau para agentes e escrivães, carreira jurídica para delegado, implantação do subsídio e readequação da matriz remuneratória dos servidores administrativos da Polícia Civil. A reunião foi agendada pelo Diretor da Coordenação Intersindical, Geraldo Henrique da Conceição.

Na abertura da reunião o presidente do Sindpol/MG, **Antônio Marcos**, antes de abordar as reivindicações, falou das expectativas criadas em torno daquela reunião, que seriam as melhores possíveis, por se tratar do Vice-governador uma pessoa objetiva, séria e sensata.

Antônio Marcos expôs que a exigência do 3º grau para inserção nas carreiras de agente e escrivão de polícia, aumentaria a auto-estima dos policiais, que atualmente, se sentem desvalorizados. Explicou que “os movimentos reivindicatórios de 2004 e 2007 foram resultado do nível de desgaste e sucateamento da instituição, que exige muito de seus operadores e não oferece valorização á altura, e que outras instituições e seguimentos têm avaliações melhores por parte do Governo”. Destacou ainda que o Sindpol observa que o protagonismo desta reunião deveria partir do Chefe de Polícia, que há um ano, inexplicavelmente, vem postergando tal agendamento, que só aconteceu por iniciativa do coordenador da Intersindical, Sr. Geraldo Henrique, que gentilmente dedicou a intermediar tal ato, (no que agradece) pois, o Sindpol é parte integrante da executiva da coordenação, e tal interlocução já havia sido feita para os seguimentos da saúde e educação, restando apenas a segurança pública. Ressaltou também que durante a gestão do Vice-governador quando Secretário de Defesa Social, e de Dr. Otto, quando Chefe de Polícia, a Polícia Civil realmente alcançou valorização e tinha um nítido projeto, em curso, de modernização, que não se sabe por que foi interrompido na gestão do Sr. Secretário Maurício Campos Júnior e do chefe de Polícia, Dr. Monteiro, uma vez que é o mesmo governo reeleito.

O Presidente finalizou destacando que os movimentos de rua e paralisações são exaustivos e desgastantes para ambos os lados, porém é o derradeiro e necessário

instrumento quando não se alcança êxito pela via diplomática do diálogo, e esse tem sido sempre perseguido pela diretoria do Sindpol, frente às instâncias do Governo.

O Vice-presidente, **Denílson Martins**, iniciou falando da importância da política de integração verdadeira, respeitando as prerrogativas institucionais dentro da legalidade, e de acordo com ele, isso só será efetivado quando conceder às duas polícias, no mínimo, direitos iguais, e no quadro da atual conjuntura a polícia Civil se encontra em desvantagem, “um Coronel da polícia militar se aposenta e recebe um adicional de 10%, o que não acontece com o Delegado Geral de polícia; à título de exemplo: um Praça ao se aposentar, pode chegar até à 2º Tenente ou Capitão da Reserva, já o agente e o escrivão chegam no máximo à classe especial, sem qualquer chance de ascensão. Foi mencionado acerca dos concursos para preenchimento dos quadros da polícia militar que acontecem com uma frequência maior que na Polícia Civil, causando grande exaustão nos policiais civis. São fatos que inviabilizam a integração efetiva, uma vez que uma instituição se sente mais desvalorizada que a outra. De acordo com a avaliação do Vice-presidente o 3º grau e a carreira jurídica resgataria essa valorização e esse equilíbrio, que no tocante aos impactos financeiros, reconhecendo as limitações impostas pela crise mundial, entende que é preciso dar início a esse processo de valorização, ao menos em partes, ou em médio prazo, pois a cobrança da base é grande e justa.

Denílson Martins falou também dos estados que hoje possuem o 3º grau, hoje, 21, dentre eles os mais recentes a adotarem tal medida foram: São Paulo (Nov/08) e Bahia (jan/09). Ressaltando que a carreira de policial civil já é reconhecida pelo CNJ como atividade complexa, de caráter científico e técnico-jurídico, e que em todos os países desenvolvidos, a atividade de polícia judiciária é também como tal considerada. Relembrou a pauta dos administrativos e citou casos em que alguns desses servidores recebem menos de um salário mínimo, algo que precisa ser analisado e resolvido de forma definitiva.

O presidente do Sindepo-Minas, Dr. Edson, que apóia o 3º grau, enfatizou que isso resultaria na modernização da polícia, e que “a carreira jurídica é mais que justa, pois trata-se de um direito adquirido e retirado de forma insensata pelo governo FHC, é preciso dar essa injeção de ânimo para a Polícia Civil”, ponderou.

O Secretário Geral do Sindepo-Minas, **Dr. José Walter**, citou o seminário de segurança pública, em 2006, no qual a sociedade mineira, através do parlamento, assegurou e legitimou a carreira jurídica e o 3º grau, dentre outras, como premissas importantes para o avanço da segurança pública, não só para Minas, mas para o país, além de contribuir para o alcance das metas do Governo. O representante do Sindepo-Minas também fez considerações acerca da desmotivação que hoje abate sobre o servidor, face os baixos salários, mormente os administrativos, que tem prestado relevantes serviços, mas que em alguns casos recebem menos que um salário mínimo, como é a situação dos auxiliares administrativos da Polícia Civil. Destacou também, que nesse mesmo seminário um ponto que gerou debate foi a questão das alterações no IPSM da PM e BM, na criação da UG PREV, e naquele momento a Polícia Civil apoiou a proposta da PMMG, logo, seria de justiça a “co-irmã” retribuir o apoio, e foi o que se acordou no seminário, garantindo autonomia do IPSM. “Embora seja divulgado que a polícia de Minas se encontra entre as primeiras do país, ainda há um descompasso em relação a outros estados e a aprovação do 3º grau e carreira jurídica representaria uma abertura de um canal de fortalecimento institucional, uma categoria motivada apresenta melhores resultados” concluiu.

O Diretor da Regional do Triângulo Mineiro, **Cezarino Ituassu**, atentou para que seja enfatizadas qual a função de cada polícia; A PM deve se restringir à função ostensiva e preventiva, a PC deve exercer com efetividade sua função constitucional de polícia judiciária técnica e investigativa, e revelou que a invasão de competências têm sido um entrave constante entre as corporações, caracterizando flagrante ilegalidade, resultando em atritos e divergências, colocando em risco toda uma política pública delineada, além de precarizar a prestação da plena segurança pública. Finalizou dizendo que esses desvios devem ser fiscalizados e punidos exemplarmente, pois colocam em risco a verdadeira integração. E no tocante à valorização salarial, essa deve ser executada de forma justa, digna e rápida, pois a cobrança no interior é séria e verdadeira.

O Diretor da Regional Norte, João de Deus, ponderou acerca de casos freqüentes, onde os “policiais estão tendo que se ausentar do serviço, porque têm que se deslocar, as vezes até para outras cidades, na busca do estudo e ascensão profissional, ou mesmo aqueles que culminam por exonerarem-se, trocando a Polícia Civil por outros cargos no serviço público, em função das vantagens, prerrogativas e valorização que não lhes são oferecidos na nossa instituição, tudo isso causa sérios prejuízos institucionais. O Diretor

da Regional norte vê na aprovação do 3º grau uma solução para esse problema recorrente, destacando também a necessidade de uma melhora na remuneração.

O Diretor Regional Zona da Mata, **Dr. Marcelo Armstrong**, ponderou que em 2007 o Sr, Secretário do Governo, Dr. Danilo de Castro, intermediando as negociações afirmou que o Governo Aécio tinha ciência das necessidades dos policiais civis, porém, naquele momento era o que seria possível negociar, referindo-se às três parcelas de 10% e a aposentadoria especial, mas que até o fim de seu governo, a Polícia Civil mineira estaria entre as três mais bem remuneradas do Brasil. Acrescentou ainda naquela ocasião, que os compromissos do governo, tais como: linha verde, centro administrativo, dentre outros, já estariam conclusos, em 2009 e 2010, podendo assim se dedicar a um processo de valorização substancial dos servidores. Já se passaram dois anos e a Polícia Civil, hoje, é a 25ª pior remuneração, sem falar nas questões de valorização. Logo, o 3º grau e a carreira jurídica se caracterizam como um início e um aceno de resgate dessas propostas e compromissos de governo.

Com a palavra o Diretor Regional Sul, **Alessandro Ozanan**, também destacou que o clima e sentimento dos policiais do Sul de Minas é de descontentamento com os baixos salários e que há mobilização para um novo movimento reivindicatório, porém, todos estão esperançosos em uma solução sábia e razoável do governo, que o 3º grau e a carreira jurídica significa um resgate da auto-estima dos policiais para uma missão tão difícil e espinhosa. Destacou os problemas da falta de efetivo e sobrecarga de serviço, o que têm adoecido os servidores, mas que confia no sucesso das negociações em entre sindicato e governo.

Após ouvir atentamente às considerações de todos os diretores, Dr. Anastásia disse que todas as reivindicações são pertinentes e reconhece que a Polícia Civil ainda possui deficiências que precisam ser superadas, embora deve-se reconhecer que já ocorreram mudanças significativas, o Governo esta avançando em um ritmo possível. Explicou que o Governo está agindo por partes, a questão prioritária foi o sistema carcerário, “hoje a SUAP tem sob custódia 34.000 detentos e a Polícia Civil 12.000, esses números eram invertidos, devendo ainda avançar mais”, afirmou.

Falou da aprovação da lei das carreiras, LC 84/05, das promoções por tempo de serviço, da criação da Chefia de Polícia Civil, da aposentadoria especial e das correções salariais de 2004 e 2007, acima da média dos demais seguimentos também importantes. Sobre a

carreira jurídica afirmou que ainda é preciso deixar claro um parâmetro, por mais óbvio que seja o caráter jurídico, qual a base? Promotor, Procurador, Defensor Público? Sendo certo que a curto e médio prazo não se pode falar em repercussões ou impactos de ordem financeira.

Quanto à questão dos administrativos é uma situação delicada, mas é uma questão que não pode esperar mais, esse é o momento de ser resolvida.

Ele enfatizou a questão do 3º grau e declarou que já vem analisando tal proposta, e como Professor Universitário e Gestor Público há mais de 20 anos, vê com bons olhos, mas enquanto Governo é preciso analisar melhor como e o momento de operacionalizar tal medida. De acordo com o Vice-governador a crise financeira afetou muito o estado de Minas Gerais, assim como outros estados, e isso inviabiliza a aprovação de propostas que tenham impacto financeiro a curto prazo, “o estado não possui receita para qualquer reajuste”, declara. Mas quanto às outras propostas, serão repassadas à Secretaria do Planejamento para análise das viabilidades técnicas. O Vice-governador preferiu não estabelecer prazo para o agendamento de um novo encontro e atendimento das reivindicações, mas informou que as Chefias imediatas entrarão em contato direto com as lideranças do movimento repassando as providências e medidas resultantes da análise da Seplag, o que acontecerá **o mais breve possível**.

Participaram também dessa reunião, o Secretário de Defesa Social, Maurício Campos Jr., a Secretária de Planejamento e gestão, Renata Vilhena, o Chefe de Polícia, Dr. Marco Antônio Monteiro, o Subsecretário de Administração Prisional, Dr. Genilson Zeferino, Assessor do Chefe de Polícia, Dr. Joaquim Neto, o Diretor da Coordenação Intersindical, Geraldo Henrique, os Diretores do Sindasp, Adeilton Marques, Carlos Aguiar, que também apresentaram sua pauta de reivindicação da pasta dos agentes de segurança penitenciária. Também se fez presente o Comandante Geral da PM, Renato Vieira.